

Sumário

Prefácio	1
1) Introdução	5
1.1) Metodologia utilizada.....	5
1.1.1) O declínio da doutrina tradicional como fonte para as atividades do contencioso tributário.....	6
1.1.2) Ascensão da doutrina jurisprudencial	9
1.2) A importância atual dos impostos sobre a transmissão de patrimônio.....	16
2) Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações	21
2.1) Fato Gerador.....	21
2.1.1) Bens, domicílio e residência no exterior: Art. 155, §1º, III, CF/88.....	23
2.1.2) Não incidência na extinção do fideicomisso	29
2.1.3) Não incidência sobre bens da viúva meeira.....	32
2.1.4) Imóvel objeto de promessa de compra e venda.....	34
2.1.5) Cessão e renúncia de herança.....	39
2.1.6) Incidência na cessão de meação	42
2.1.7) Transmissão de bens na partilha desigual (excesso de meação)	47
2.1.8) Doação com cláusula de reversão	49
2.1.9) Não incidência sobre verbas de natureza salarial	51

2.1.10) Não incidência na extinção de usufruto.....	53
2.1.11) Não incidência na aquisição de imóvel por usucapião	56
2.1.12) Não incidência em plano de previdência privada do tipo VGBL.....	57
2.1.13) Momento de ocorrência do fato gerador	64
2.2) Sujeição Passiva.....	67
2.2.1) Reponsabilidade subsidiária do tabelião.....	69
2.2.2) Reponsabilidade solidária do inventariante.....	70
2.3) Alíquota	71
2.3.1) Progressividade.....	72
2.3.2) Necessidade de lei específica para determinação da alíquota....	75
2.4) Base de Cálculo	76
2.4.1) Base de cálculo para imóveis rurais no Estado de São Paulo	76
2.4.2) Base de cálculo para imóveis urbanos no Estado de São Paulo.....	78
2.4.3) Determinação do valor de participação societária.....	79
2.4.4) Direito à dedução de dívidas da base de cálculo do imposto.....	89
2.4.5) Legitimidade da instituição de base de cálculo inferior ao valor venal.....	94
2.5) Decadência e prescrição	95
2.5.1) Contagem no caso de doação.....	96
2.5.2) Transmissão causa mortis no processo de inventário	98
2.5.3) Transmissão causa mortis no arrolamento sumário	103
2.5.4) Prescrição do direito de restituição	105

2.6) Isenções.....	107
2.6.1) Reconhecimento pelo juízo do inventário	107
2.6.2) Gratuidade de justiça e isenção.....	109
2.7) Questões processuais relevantes.....	111
2.7.1) Possibilidade de o Fisco divergir do laudo de avaliação judicial	111
2.7.2) Realização de média aritmética de mais de um valor	115
2.7.3) Possibilidade de discussão do imposto no arrolamento	116
2.7.4) Expedição do formal de partilha após comprovação de pagamento do imposto	119
2.7.5) Possibilidade de reavaliação do bem.....	124
3) Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis	127
3.1) Fato Gerador	127
3.1.1) Contrato de promessa de compra e venda.....	129
3.1.2) Cessão da promessa de compra e venda.....	141
3.1.3) Desfazimento do negócio jurídico da compra e venda	147
3.1.4) Permuta de bens.....	150
3.1.5) Desfazimento de condomínio.....	151
3.1.6) Operação de lease-back	156
3.1.7) Edificação feita após a compra e antes do registro do imóvel ...	158
3.1.8) Dever de fiscalização dos cartórios e o momento de ocorrência do fato gerador	161
3.2) Sujeição Passiva.....	165
3.3) Alíquota.....	166

3.3.1) Progressividade.....	166
3.3.2) Elevação da alíquota em razão de cessões anteriores.....	169
3.4) Base de Cálculo	169
3.4.1) Utilização da mesma base de cálculo para o IPTU	170
3.4.2) Possibilidade de arbitramento	186
3.4.3) Caso de arrematação do imóvel	191
3.4.4) Abatimento de dívidas e gravames reais.....	194
3.4.5) Inclusão do valor de árvores.....	195
3.5) Decadência	200
3.6) Imunidade e não incidência.....	204
3.6.1) Atividade preponderante no caso de empresa sem receita ...	204
3.6.2) Integralização de imóveis com valor maior que o da cota realizada.....	209
3.6.3) Desincorporação de imóvel integralizado em PJ.....	213
3.6.4) Não recepção do art. 37, § 4º, do CTN.....	223
4) Índice de precedentes	235
4.1) Supremo Tribunal Federal.....	235
4.2) Superior Tribunal de Justiça	241
4.3) Tribunais Estaduais.....	255
5) Índice remissivo	275